Apresentação

A eficácia da gestão de políticas sociais tem constituído um dos principais temas da agenda dos gestores governamentais. Percebe-se que apenas a vontade política não é suficiente para mudar sua lógica. É necessário identificar novas maneiras de articular atores individuais e institucionais, tanto públicos quanto privados, para resolver os problemas sociais da população, permitindo-lhe uma vida com qualidade.

Isso demanda uma visão integrada dos problemas sociais e uma ação que resulte da relação entre as políticas sociais, conformando uma ação intersetorial. Com isso pretende-se otimizar recursos e encaminhar soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social.

A intersetorialidade incorpora a idéia de integração, de território, de eqüidade. É uma nova maneira de abordar os problemas sociais. Cada política social encaminha a seu modo uma solução sem considerar o cidadão na sua totalidade nem a ação das outras políticas sociais.

Nessa perspectiva, a cidade constitui um espaço privilegiado para realizar a ação intersetorial. É um espaço definido territorial e socialmente. É onde as pessoas vivem e se reproduzem. É aí que as pessoas e os grupos se relacionam para construírem o seu futuro. Por isso é na cidade onde, principalmente, se concretiza a integração das políticas sociais e, conseqüentemente, a ação intersetorial e interinstitucional.

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, para garantir um acesso igual aos desiguais. Esse processo ganha consistência quando as necessidades dos grupos populacionais distribídos em um território como sujeitos levam-nos a articular soluções intersetoriais. Neste sentido, o planejamento constitui um importante instrumento para concretizar essa nova ação.

A concretização da ação intersetorial incorpora não apenas a compreensão compartilhada sobre finalidades, objetivos, ações e indicadores de cada

programa ou projeto, mas práticas sociais articuladas que acarretem um impacto na qualidade de vida da população.

A ação intersetorial articula e integra organizações públicas, privadas ou estatais, para lidar com as incertezas e a complexidade dos problemas sociais, uma vez que emergem da interação do sujeito com o mundo, dos valores de cada ator social envolvido.

As relações entre instituições e pessoas apontam para a idéia de rede, como um emaranhado de relações das quais os indivíduos constituem os nós. Ainda hoje temos dificuldades para incorporar as implicações da metáfora de rede tanto no nível das organizações quanto no da sociedade.

As redes, no universo de mudanças, surgem como uma linguagem de vínculos, das relações sociais entre organizações que interagem mediadas por atores sociais que buscam entender de maneira compartilhada a realidade social. São formas de agir que privilegiam os sujeitos que, de maneira interativa, apropriam o conhecimento dos problemas sociais e sua solução.

Nas redes os objetivos definidos coletivamente articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais. Essas redes são construídas entre seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro. Daí a importância de que cada organização pública, estatal ou privada, desenvolva seu saber para colocá-lo de maneira integrada a serviço do interesse coletivo.

A rede é um fato social, mas também uma oportunidade de reflexão sobre o social e as práticas cotidianas. Ela é a construção coletiva de um espaço de organização dos sujeitos, que se define à medida que é realizada.

Portanto, a intersetorialidade e as redes sociais surgem como meios articulados para dar eficácia à gestão das políticas sociais. Nessa perspectiva de integrar as políticas sociais é que que situam as contribuições deste número da *RAP*. A discussão inicia-se, na ótica da saúde, pelo entendimento da intersetorialidade como integração de saberes e experiências, para, em seguida, trabalhar sua articulação com o conceito de rede e, posteriormente, verificar esse mesmo processo pela ótica de outras políticas públicas.

Naomar de Almeida Filho inicia a discussão da intersetorialidade do ponto de vista da saúde coletiva, com o artigo que revela a relação entre transdisciplinaridade e intersetorialidade. Ele propõe um modelo de compreensão da saúde coletiva como campo de conhecimento e âmbito de práticas e articula essa discussão conceitual a uma proposta alternativa de intersetorialidade como efeito da transdisciplinaridade aplicada à transformação da realidade social.

O entendimento dessa realidade social, da sua complexidade, é feito a partir de conceitos de sistema e rede como meio de articular atores sociais para criar conhecimento e intervir na realidade. A intersetorialidade e a transetorialidade são discutidas, por Luciano A. Prates Junqueira, como conceitos

que integram saberes e experiências. Em seguida, o autor situa o SUS como um projeto de caráter transetorial.

Já Márcia Faria Westphal e Rosilda Mendes, a partir dos conceitos de interdisciplinaridade, intersetorialidade e participação social, apontam estratégias de promoção da saúde, como os projetos de cidades saudáveis, como uma resposta para as mudanças da cidade oferecerem à população uma vida com qualidade. Nessa perspectiva, o planejamento intersetorial é visto, por Carmem Fontes Teixeira e Jairnilson Silva Paim, como um meio de enfrentar os problemas de saúde e seus determinantes. Os autores discutem a possibilidade de utilizar a abordagem matusiana para o planejamento e gestão intersetorial e exemplificam uma experiência realizada na cidade de Salvador.

Ainda na perspectiva interdisciplinar é apresentada uma experiência do novo currículo da Faculdade de Medicina de Marília, Famema. A experiência é relatada por Ricardo Komatsu e outros como um processo que resulta de uma prática interdisciplinar. Uma experiência inovadora na área médica onde o dominante é a especialização.

No âmbito da intersetorialidade Nivaldo Carneiro Junior e outros também relatam uma experiência de articulação intersetorial e interinstitucional, no município de São Paulo, como uma possibilidade de construir a eqüidade no acesso às políticas públicas. Apresentam o potencial aglutinador do projeto como estratégia para articular vários setores sociais e formular ações conjuntas.

Contemplando o conceito de rede social, ainda do ponto de vista da saúde, o artigo de Rose Marie Inojosa apresenta resultados de uma pesquisa realizada a partir de cartas de pessoas desempregadas na Região Metropolitana de São Paulo. A autora identifica, através da manifestação dessas pessoas, os elementos de negação da saúde nas condições de desemprego e de esgarçamento da rede social.

Os artigos a seguir apresentam de outro ponto de vista as questões da intersetorialidade e das redes sociais. Trabalham a partir do meio ambiente, da agricultura, dos serviços urbanos e, mesmo, da concepção empresarial. Rodrigo Gravina Prates Junqueira discute a transição da saúde para o meio ambiente a partir das agendas sociais. Apresenta as diferenças entre a Agenda 21 local e os projetos de cidades saudáveis e suas trajetórias nas práticas intersetoriais, revelando a contribuição de cada uma na implantação do desenvolvimento local sustentável através do planejamento e da ação intersetorial.

Nessa perspectiva se situa a contribuição de Pedro Jacobi sobre o meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. Nesse artigo o autor discute a influência que o ambientalismo brasileiro assume na formulação e implementação de políticas públicas e na promoção de novas estratégias para o desenvolvimento sustentável. O ponto de inflexão desse movimento ocorre com a constituição de fóruns e redes que têm importância estratégica para ativar e consolidar o ca-

ráter multissetorial do ambientalismo. As redes se fortalecem no plano político e institucional, e através delas, de consórcios institucionais, de parcerias estratégicas e de outras engenharias institucionais, o autor vê ampliar o escopo de atuação do ambientalismo no século XXI.

Contemplando apenas a questão da rede, Ricardo Abramovay parte da noção de rede no encontro entre desenvolvimento rural e meio ambiente, apresentando a avaliação de um trabalho de organizações não-governamentais e sua relação em rede, na qual se preserva sua identidade, cuja maior expressão é a agroecologia.

Em seu artigo, Moema Miranda de Siqueira revela o papel das redes sociais na gestão dos serviços urbanos. Com base no conceito de serviços públicos e na teoria de redes, a autora analisa o caso dos serviços de geração e fornecimento de energia em uma cidade brasileira de porte médio.

Finalmente, a discussão de redes sociais é feita por Mércya Carvalho e Tânia Fischer, que tratam da formação da aliança estratégica entre organizações empresariais, uma internacional e outra brasileira. Elas buscam entender como uma indústria local de cinema integrou uma das redes mais dinâmicas da economia mundial, baseada na *joint venture* como estrutura de governabilidade e no reconhecimento do risco que significa o investimento na aliança para ambos os parceiros. Esse caso alia a discussão de redes sociais à de redes estratégicas interfirmas, apontando a importância das redes sociais não apenas na gestão das políticas públicas, mas também na de negócios.

Luciano A. Prates Junqueira